



217 21

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEI

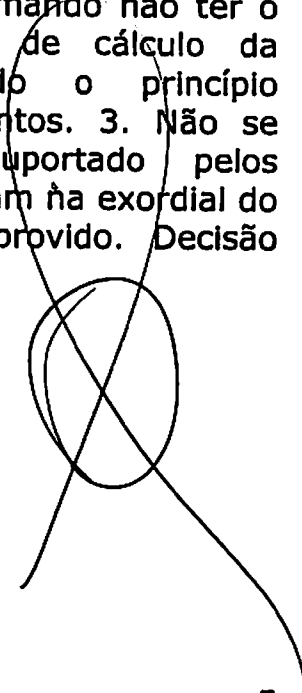
Recurso de Agravo nº 0191976-2/01

Agravantes: Ailson Menezes da Costa e Outros

Agravado: Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas e Administração de
Jaboatão dos Guararapes

5724

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. ESTABILIDADE FINANCEIRA. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO AO REGIME JURÍDICO REMUNERATÓRIO. PRECEDENTES DO STF. RECURSO REPETITIVO. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. A alegação dos recorrentes no que diz respeito ao fato da pretensão mandamental não se prender à modificação da forma de cálculo da remuneração, mas apenas ao reajuste do valor da gratificação do adicional da estabilidade financeira, não há como ser amparada, pois a Lei Complementar nº 05/09, ao alterar a estrutura da Administração Municipal, alterou também os valores de remuneração de cargos e funções, conforme as próprias alegações dos recorrentes. Com efeito, quando se fala em modificação de forma de cálculos relativamente à remuneração dos Servidores Públicos, tal alteração não diz respeito tão somente à forma aritmética, mas abrange qualquer modificação seja no novo valor do cargo ou função ou no que diz respeito à nova nomenclatura. 2. Recentemente o Supremo Tribunal Federal ao apreciar o Recurso Extraordinário nº 563965/RN, tratou da matéria relativa à estabilidade financeira reafirmando não ter o servidor público direito adquirido à forma de cálculo da remuneração, desde que seja assegurado o princípio constitucional da irredutibilidade dos vencimentos. 3. Não se vislumbra qualquer decurso financeiro suportado pelos recorrentes, como os próprios agravantes afirmam na exordial do recurso em apenso. Recurso de Agravo improvido. Decisão Unânime.





218 22
C

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Agravo nº 0191976-2/01 acima mencionados, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Oitava Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, na sessão do dia ____/____/____, à unanimidade de votos, negar-lhe provimento, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 20 de 05 de 2010.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



219
23

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo nº 0191976-2/01

Agravantes: Ailson Menezes da Costa e Outros

Agravado: Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas e Administração de Jaboatão dos Guararapes

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de agravo interposto contra os termos da decisão terminativa de minha relatoria, que negou seguimento ao agravo de instrumento em apenso, interposto contra decisão interlocutória exarada nos autos do Mandado de Segurança nº 222.2009.007450-3, pelo qual pretendem os recorrentes ver imediatamente implantados nas suas respectivas remunerações, os valores de gratificação de função ou de comissão nos termos da Lei Complementar nº 05/2009.

Em suas razões de fls. 02/08, em síntese, os agravantes alegam que a decisão terminativa obstativa do agravo de instrumento deve ser reformada, haja vista que sua pretensão não trata de modificação na forma de cálculo da remuneração, mas apenas de reajuste no valor da gratificação do adicional denominado de estabilidade financeira.

Aduzem que não estão a discutir a constitucionalidade da Lei Complementar nº 05/2009, nem se está a invocar que ela tenha estabelecido nova forma de cálculo para as gratificações que já foram incorporadas à remuneração dos agravantes. Somam que o acórdão proferido no julgamento do RE 563965/RN – utilizado como jurisprudência dominante contrária ao direito dos agravantes – versa sobre questão diversa da pretensão veiculada no presente recurso.

Achando por bem não exercer o juízo de retratação, apresento nesta oportunidade o regimental para julgamento perante esta Egrégia 8ª Câmara Cível.

É o relatório.

Recife, 20/05/2010.

José Ivo de Paula Guimarães
Relator

03 - RA-0191976-2/01



220
24
C

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo nº 0191976-2/01

Agravantes: Ailson Menezes da Costa e Outros

Agravado: Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas e Administração de
Jaboatão dos Guararapes

VOTO

Analisando as argumentações apresentadas pelos agravantes no presente recurso de agravo, não as vejo como suficientes a ponto de modificar minha ótica de apreciação do apelo em apenso.

Como dito acima, pretendem os agravantes ver imediatamente implantados nas suas respectivas remunerações, os valores de gratificação de função ou de comissão nos termos da Lei Complementar nº 05/2009. Ao proferir a decisão obstativa do agravo de instrumento interposto, afirmei ali ser primordial saber se a reestruturação da Administração Direta e Indireta do Município de Jaboatão dos Guararapes, veiculada pela Lei acima mencionada seria legítima ou ofenderia norma constitucional que albergue o instituto do direito adquirido.

Ao meu sentir, a alegação dos recorrentes no que diz respeito ao fato da pretensão mandamental não se prender à modificação da forma de cálculo da remuneração, mas apenas ao reajuste do valor da gratificação do adicional da estabilidade financeira, não há como ser amparada, pois a Lei Complementar nº 05/09, ao alterar a estrutura da Administração Municipal, alterou também os valores de remuneração de cargos e funções, conforme as próprias alegações dos recorrentes.

Com efeito, quando se fala em modificação de forma de cálculos relativamente à remuneração dos Servidores Públicos, tal alteração não diz respeito tão somente à forma aritmética, mas abrange qualquer modificação seja no novo valor do cargo ou função ou no que diz respeito à nova nomenclatura.

Por sua vez, se os recorrentes, como dizem, não estão discutido também a constitucionalidade das alterações trazidas com a Lei Complementar nº 05/09, com repercussão nos valores de suas estabilidades financeiras, não há como subsistir a ação originária, estaqueada no direito adquirido, o ato jurídico perfeito e na coisa julgada.

03 - RA-0191976-2/01



22/ 25

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Assim, tenho que não há como desvincular da decisão fustigada a questão da legitimidade da reestruturação administrativa do Município do Jaboatão dos Guararapes introduzida com a LC nº 05/09.

Recentemente o Supremo Tribunal Federal ao apreciar o Recurso Extraordinário nº 563965/RN, tratou da matéria relativa à estabilidade financeira reafirmando não ter o servidor público direito adquirido à forma de cálculo da remuneração, desde que seja assegurado o princípio constitucional da irredutibilidade dos vencimentos, conforme ementário seguinte:

"EMENTA: DIREITOS CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. ESTABILIDADE FINANCEIRA. MODIFICAÇÃO DE FORMA DE CÁLCULO DA REMUNERAÇÃO. OFENSA À GARANTIA CONSTITUCIONAL DA IRREDUTIBILIDADE DA REMUNERAÇÃO: AUSÊNCIA. JURISPRUDÊNCIA. LEI COMPLEMENTAR N. 203/2001 DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE: CONSTITUCIONALIDADE. 1. O Supremo Tribunal Federal pacificou a sua jurisprudência sobre a constitucionalidade do instituto da estabilidade financeira e sobre a ausência de direito adquirido a regime jurídico. 2. Nesta linha, a Lei Complementar n. 203/2001, do Estado do Rio Grande do Norte, no ponto que alterou a forma de cálculo de gratificações e, conseqüentemente, a composição da remuneração de servidores públicos, não ofende a Constituição da República de 1988, por dar cumprimento ao princípio da irredutibilidade da remuneração. 3. Recurso extraordinário ao qual se nega provimento. RE 563965 / RN. 11.02.2009. Relatora Min. CARMEN LÚCIA".

A ementa acima, restou reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal como matéria de repercussão geral. Uma causa é provida de repercussão geral quando há interesse geral pelo seu desfecho, ou seja, interesse público e não somente dos envolvidos naquele litígio. No momento em que o julgamento daquele recurso deixar de afetar apenas as partes do processo, mas também uma gama de pessoas fora dele, despertando interesse público, tem aquela causa repercussão geral. Assim, pela perfeita adequação, deve o julgamento proferido pelo pleno do STJ ser aplicado em sua integralidade à hipótese presente.

Ademais, não se vislumbra qualquer dano financeiro suportado pelos recorrentes, como os próprios agravantes afirmam na exordial do recurso em apenso.



222 26
C

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Feitas estas considerações, voto no sentido de negar provimento ao presente agravo.

É como voto.

Recife, 20/05/2010.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator